

A circulação dos livros: redes e posicionamento face à sociedade e ao mercado do livro

Daniel Melo

CHAM, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Este texto pretende analisar a circulação dos livros da Romano Torres, principais modalidades, recursos, incentivos e desincentivos, aqui incluindo a censura e a recepção crítica e de público. Parte-se deste exemplo para tentar perceber o funcionamento do mercado do livro num período relativamente longo. Mercado do livro ao qual ia a jogo nos seus vários níveis – local, nacional, internacional, dos particulares, das encomendas institucionais, etc. Nesse sentido, preconizamos que esta editora era representativa do sector editorial português em termos de posicionamento no mercado e na sociedade¹.

Representatividade quanto ao posicionamento no mercado

O modo como a Romano Torres se inseriu no mercado do livro foi não só fulcral para o seu sucesso como é outro indicador da sua relevância no sector. Desde cedo se preocupou em produzir uma edição barata – questão fulcral para os editores europeus desde meados do século XIX² –, através da economia de escala obtida com uma tipografia adstrita ao negócio (do irmão, a que mais tarde se junta uma livraria), relações preferenciais com certos fornecedores (como explanado nos capítulos 2 e 3), redução de custos via tiragens mais robustas, livros de formato menor e com poucas cores nas capas (mais no início), traduções por não profissionais ou ‘da casa’³.

Ao longo da sua existência, a Romano Torres recorreu a um impressionante conjunto de estratégias editoriais e de *marketing* para atrair a procura, de que destaco: o sistema de assinaturas (em particular para as obras de referência, procurando fidelizar uma parte significativa do público-alvo); a publicação de várias obras em fascículos (caso do emblemático dicionário enciclopédico *Portugal*), só mais tarde editadas em volumes; o

1 Neste texto aprofundamos propostas interpretativas primeiramente avançadas em Melo, 2014c.

2 Cf. Sassoon, 2006: 45-53, 296-302 e 635.

3 Por exemplo, uma das pessoas que mais obras traduziu para a Romano Torres foi A. Duarte de Almeida, pseudónimo do próprio editor Carlos Bregante Torres.

sistema de “brindes” (oferta de ilustrações aos assinantes de romances, pelo menos em 1890); a diferenciação do catálogo num conjunto relativamente pequeno e apelativo de colecções (que se desdobrou pelas variantes de subgéneros literários, antológicas e de autores); a rede de correspondentes, que ia das ex-colónias ao Brasil, EUA, entre outros espaços; a publicidade regular aos seus livros, através de catálogos e da participação em feiras do livro; a preocupação com os paratextos, presentes em diversos livros (por exemplo, os prefácios/ prólogos/ introduções de Gentil Marques para a colecção que dirigiu, «Obras Escolhidas de Autores Escolhidos»⁴); o marcado apelo visual, patente nas potencialidades de formatos invulgares (como o 32x15cm da colecção «Gigante») e, sobretudo, no cuidado com a ilustração, a cargo de artistas plásticos reconhecidos, como Pires Marinho, Roque Gameiro, Alfredo Morais e Júlio Amorim. Esse trabalho de ilustração não se limitou às capas dos livros, estendendo-se ainda aos “brindes” e aos extra-textos presentes em parte da prosa de ficção. Procurou também seduzir amplas camadas do leitorado feminino, dando espaço relevante para a produção por parte de autoras nacionais e estrangeiras⁵.

Ademais, a editora teve vários marcos editoriais. Além dos já aludidos, realço a edição integral pioneira de *Rocambole* (de Ponson du Terrail) em português⁶; a edição completa das aventuras de Sandokan (de Salgari), trazendo desafogo financeiro sob a I República (cf. Sá, s.d.); a captação de novos cultores do romance histórico luso (Campos Jr., Artur Lobo d’Ávila, Rocha Martins, etc.); o ensaio histórico (v.g., as biografias históricas por Mário Domingues); a colecção «Manecas» (1925-anos 70)⁷; a produção nos domínios enciclopédico, ensaístico e dos romances sentimental e policial.

A reconstituição do catálogo da editora realizada no âmbito do Projecto Romano Torres em 2013/14 apurou um universo de 1735 registos bibliográficos, relativo a edições, reimpressões e reedições publicadas durante os cem anos de existência desta editora, um valor que se pode considerar como possibilitando uma oferta significativa e uma representatividade mínima de grandes tendências editoriais da contemporaneidade, isto no quadro de uma editora preocupada com a sua sustentabilidade empresarial.

Esta busca de relacionamentos para manter ou expandir encomendas com grandes instituições fez-se por várias vias: 1) filiação na associação representativa do sector, o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, participação regular nas suas actividades (v.g.,

4 V.g. prefácios “Pequena História de Literatura Inglesa até William Thackeray” (in *Feira das vaidades*, 1946), e “As cinco virtudes de Nathaniel Hawthorne: breve ensaio psicológico” (in *A dama velada*, 1953). Vd. ainda o prefácio ao romance autobiográfico de Dickens, *David Copperfield*, saído em 1954.

5 V.g., Leyguarda Ferreira, Odette Saint-Maurice, Mariália e Arlete de Oliveira Guimarães, entre as nacionais; Magali, Max du Veuzit e Léo Dartey, entre as estrangeiras (para mais vd. capítulo anterior). A tradução foi outra área de destaque, sobretudo para Leyguarda Ferreira.

6 *Apud* “Recreio”, 1912: 135. O estatuto de pioneiro reside apenas em ser uma versão integral ilustrada.

7 Sobre esta colecção proposta por um tradutor da casa, vd. Cortez, 2007: 174-7.

feiras do livro), incorporação de responsáveis nas direcções da sua sucessora, a Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros⁸; 2) relevância das vendas numa miríade de feiras do livro, no Portugal metropolitano⁹ e nas colónias¹⁰, mas também no estrangeiro, sobretudo no Brasil, na Feira de Frankfurt e noutras feiras internacionais, para o que muito contribuiu a expansão crescente da rede de eventos e contactos que a União Internacional dos Editores facultava às suas associadas¹¹; 3) relevância das encomendas feitas por grandes instituições lusas, maioritariamente do Estado, como a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o Ministério da Educação Nacional (MEN), o Ministério das Colónias/Ultramar (MC/U), a Junta da Acção Social (JAS), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), etc.¹². Eram encomendas para abastecer bibliotecas estatais em milhares de exemplares (mormente as de organismos corporativos e escolas primárias), sobretudo de romance e biografia históricas e colecção «Manecas». Sobre a oferta e procura nas bibliotecas da Gulbenkian, a informação disponível confirma a forte presença daquelas áreas, tanto na oferta como na procura, em boa parte por via da Romano Torres¹³. Assim, no confronto de autores e títulos, a oferta inicial da FCG (1960) tinha muita presença de obras ligadas à editora, compreensível pela hegemonia do romance e novela, com c. 2/3 dos títulos¹⁴. Do lado da procura, em 1962, a editora estava presente em 3 dos 31 títulos mais requisitados

- 8 O seu último editor, Francisco de Noronha e Andrade, foi tesoureiro da Direcção da APEL em 1983-87 (2 biénios) e vogal do seu Conselho Fiscal em 1987-91 (2 biénios) – cf. PT/AHJRT/JRT/E/01/001-008.
- 9 A principal foi a da capital, seguindo-se as do Porto e Aveiro (vd. <<http://www.fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/arquivo/index.php?search?query=Feira+do+Livro>>). No certame lisboeta de 1930, a banca da Romano Torres teve forte procura do público, a crer no *Diário de Notícias* de 3 de Junho: “A Semana do Livro parece que veio despertar o gosto pelo romance histórico. As interessantes obras de António de Campos Júnior têm tido uma procura extraordinária, destacando-se as recentes edições das obras *Marquês de Pombal*, *Santa Pátria*, *Pedras que Falam* e *Luiz de Camões*. [...] Também as obras históricas de Eduardo de Noronha e César da Silva marcam igual êxito, especialmente a *Execução dos Távoras*, que há dias foi posto à venda. [...] No romance popular, sentimental, têm notável procura as obras de J. Ohnet e Oscar Vaudin. E no romance de aventuras, género Júlio Verne, é a colecção Salgari, da qual estão publicados 85 volumes, que têm tido animada venda” (cit. em Madail, 2007).
- 10 Quanto às colónias vd. as “Feiras do livro no Ultramar” (Bissau, Sá da Bandeira, Nova Lisboa, Benguela, Lobito) e o Grande Festival do Livro em Luanda, todos em 1966 (PT/AHJRT/JRT/E/01/001).
- 11 Cf. PT/AHJRT/JRT/E/01/001-008.
- 12 Cf., respectivamente, PT/AHJRT/JRT/C/01-02/016 (para CML, 1966-80), PT/AHJRT/JRT/C/01-02/009 (para MEN, 1951-70, e para MC/U, 1953-60), PT/AHJRT/JRT/C/01-02/010 (para JAS, 1959-72), PT/AHJRT/JRT/F/01/183 e PT/AHJRT/JRT/F/01/026 (para FCG, 1957-89).
- 13 *Apud* um inquérito de 1971 trabalhado por Tengarrinha em 1973, e analisado e complementado com mais informação em Melo, 2004: 189-95, 307-17 e 336-43.
- 14 P.e., no segmento até 14 anos: 34 títulos de Salgari, 22 de José Rosado e 21 de Leyguarda Ferreira; para adultos: Walter Scott e Dickens (ambos com 10) e António Campos Jr. (com 8; Melo, 2004: 307-9).

para todas as áreas¹⁵. E em 1971, Campos Jr. (autor da casa no romance histórico) estava no topo para 2 grupos de leitores: “operários industriais” e “domésticas”¹⁶.

Foi ainda comum a Romano Torres firmar acordos com outras grandes editoras para a cedência de direitos de venda, p. e. no estrangeiro (com a Livraria Bertrand, desde 1954) ou para clubes do livro (com o Círculo de Leitores, desde 1978)¹⁷. A circulação dos livros foi outrossim assegurada pela garantia duma rede de livrarias, agentes, distribuidores e outros clientes que asseguravam o escoamento da sua edição, tanto em Portugal como no estrangeiro¹⁸. No estrangeiro, teve destaque o papel de lojas e associações ligadas à diáspora portuguesa, em especial no Brasil e nos EUA.

Esta situação, conjugada com a existência dum catálogo consolidado, permitiu à editora aumentar consideravelmente o total de livros publicados por ano, tanto em edições novas como em reedições.

A conjugação destas estratégias e circunstâncias permitiu à Romano Torres disseminar os seus livros por vários mercados, desse modo procurando aumentar a sua margem de manobra. Porém, foi grande a dependência face a um mercado protegido, o português, incluindo o seu desdobramento colonial. Isso mesmo foi assumido pela direcção da Romano Torres: logo após o derrube do salazarismo e consequente independência das ex-colónias, a empresa regista um saldo devedor inédito em 1975, “por motivos que nos transcendem”, sobretudo pelo “encerramento dos mercados ultramarinos”¹⁹. A própria transferência da sede para o Largo de S. Mamede, em 1973, onde se instalaria a novel livraria, é uma resposta a esse esvanecer dos mercados brasileiro e colonial²⁰. Já antes, em 1965, fora assumido o ocaso da expansão no mercado brasileiro, o que afectava o livro português em geral; e, em 1966, a “crise do livro português” era também atribuída aos estrangulamentos económico-financeiros na relação metrópole-colónias e à fraca capa-

15 *Robin dos bosques* (de Leyguarda Ferreira, com 5971 requisições); *O conde de Monte Cristo* (de A. Dumas, com 4028); *O infante D. Henrique* (de Mário Domingues, com 2011; Melo, 2004: 339).

16 O 1.º grupo valorizou ainda Sienkiewicz, Scott e Dumas; e os estudantes, Sienkiewicz, Jane Austen e Salgari, embora não fossem escolhas de topo (Melo, 2004: 195 e Seruya, 2009: 337, cap. de Hanna Pieta).

17 Cf., respectivamente, PT/AHJRT/JRT/F/01/014 e PT/AHJRT/JRT/F/01/010.

18 Existe basta documentação sobre este assunto no arquivo histórico, identificável em pesquisa em linha por assunto (<<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/arquivo/index.php/vendas;term/browse-Term>>). Para o Brasil, vd. também “Com presentes do Feliz Natal o Taboleiro da Baiana” (1948), anúncio de jornal cuja lista “criteriosa” de títulos de literatura azul só integrava Romano Torres, embora apresentada como produto brasileiro, com possibilidade de pagamento após recepção postal (ou “reembolso postal”), o que era um sistema apelativo e corrente noutros países.

19 Livro de Actas de João Romano Torres & C.ª, acta 19, 31/III/1976, f.20, PT/AHJRT/JRT/01/001.

20 “Por tal motivo considerou [Carlos Bregante Torres] urgente que a sociedade se dedicasse à venda de livros directamente ao público” (acta 15, 29/XII/1972, f.16, PT/AHJRT/JRT/01/001).

cidade aquisitiva do mercado interno²¹. Mas nesta evolução, que acabou por influenciar decisivamente o ocaso da própria editora, há outros factores a ter em conta, desde logo, a evolução do gosto dos públicos, da procura no tal mercado interno, o que igualmente foi assumido pelos responsáveis da Romano Torres, no relatório para o ano de 1970²².

Representatividade quanto ao posicionamento na sociedade

A partir do que vendo sendo exposto neste livro, propõe-se a filiação da Romano Torres na edição e cultura de massas, segundo a enunciação proposta por Mollier, 2006. Desde logo, pela inscrição e fomento da edição comercial de larga escala e a menor custo, com títulos, capas, formatos e colecções apelativos, para públicos alargados e diversificados, com vários mecanismos de fidelização, canais próprios de distribuição e abrangendo um vasto território geográfico. Apesar dessa dimensão fortemente comercial, desde início que João Romano Torres teve a preocupação de não descuidar a dimensão formativa e reflexiva, mormente no domínio histórico, acompanhando as exigências dos círculos letrados da sociedade portuguesa (parte conservadores, parte progressistas) e ecoando uma duradoura tendência no interior da edição portuguesa, marcada por David Corazzi e prolongando-se no século XX em projectos como a «Biblioteca Cosmos» (das Edições Cosmos) e as bibliotecas da Fundação Gulbenkian²³.

Outro aspecto pertinente é a questão da interacção da editora com o seu tempo, o que, dada a sua longevidade institucional, significa uma evolução a vários tempos. À luz da especificidade do fenómeno editorial, que na contemporaneidade vê acentuar cruzamentos entre comércio, cultura e poder, será oportuno perspectivar o processo de desenvolvimento desta editora pelo prisma da adaptação à conjuntura político-social. Assim, os primórdios sob a monarquia constitucional devolvem-nos um intuito enciclopedista, em torno da aposta e multiplicação das obras de referência já aludidas, e um interesse crescente na discussão da actualidade e de temas políticos e sociais, com o lançamento de romances definidos com os qualificativos de “realista” (caso de *A magnetizada*, de 1888), “científico” (*Portuguezes e ingleses em Africa*, de 1892), ou com forte

21 “Continua a observar-se não ter havido alteração alguma nas relações comerciais com o Brasil, mantendo-se, portanto, a mesma situação de um mercado quase perdido para a expansão do livro português, o que afecta, quanto ao nosso caso, a crise que atravessa a indústria do livro, contribuindo ainda para este facto as dificuldades de transferências das Províncias Ultramarinas e o baixo poder de compra no mercado interno” (acta 6, 30/III/1967, f.5-reverso, PT/AHJRT/JRT/01/001).

22 Dum modo que prenunciaria já um certo fim de época, quando se alude à “menor expansão no mercado interno, sobretudo devido à desenfreada concorrência” (acta 13, 29/III/1971, PT/AHJRT/JRT/01/001).

23 Sobre estes últimos marcos sócio-culturais vd. Melo, 2011: 159-74. Sobre a edição e cultura de massas vd. Mollier, 2001a: 7-15 e 159-90 e Mollier, 2006.

pendor de crítica social e política. Neste último grupo, situam-se os romances históricos do escritor social-republicano, funcionário colonial e aventureiro luso Ladislau Batalha (*Mysterios da loucura*, 4 tomos em 2 vols, 1891; *Misérias de Lisboa*, 9 tomos em 4 vols, 1892/93), que incluem críticas incisivas ao colonialismo²⁴, e o romance social e *best-seller* *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue (8 tomos em 4 vols, 1892/93), dois casos relevantes aqui apresentados a título de exemplo. Em paralelo, aposta no romance histórico, estrangeiro (máx. com o espanhol Fernandez y Gonzalez, em 1894) e (sobretudo) português, com republicação em livro de textos já saídos em folhetim, caso de Artur Lobo d'Ávila no jornal de circulação nacional *Diário de Notícias* (seguem-se-lhe César da Silva, Rocha Martins e Campos Jr.), ou de inéditos dos seus autores.

Na I República, verifica-se uma continuação destas tendências. Destaco em particular o reforço da história de Portugal recente e do chamado “romance popular”²⁵. Neste âmbito, a grande novidade é o surgimento duma plêiade de escritores oitocentistas e que são valores seguros em termos de vendas, casos de Ponson du Terrail, Xavier Montépin, André Vaudin e Georges Ohnet, os dois últimos agregados no subgénero do romance sentimental. Enquanto subdivisão do chapéu anterior ou mesmo como subgénero romanesco, destacam-se os romances de aventuras, com especial expressão na publicação da obra de Salgari, que obtém assinalável êxito²⁶, no que acompanha uma tendência ocidental.

Pela reconstituição e análise do catálogo da Romano Torres, bem como de material de arquivo, doutras fontes e estudos, julgo poder afirmar-se que o período da ditadura salazarista (1926-74) marca uma gradual deslocação da editora para um certo conserva-

24 Sobre este autor vd. estudo de Rodrigues, [2007].

25 O conceito é controverso e recebeu variadas acepções: vd. Constans, 2009; e Migozzi, 2005. No essencial, procura designar uma linhagem de textos romanescos com êxito de público e de vendas, alegadamente formatada pelo dispositivo do romance-folhetim lançado em França em 1836. Para Anne-Marie Thiesse, este subgénero só surge na França de meados de oitocentos, não incluindo assim o romance-folhetim pioneiro – o jornal era ainda demasiado caro para o povo, mas não para a pequena-burguesia (cf. Thiesse, 1990: 511). Já Yves Olivier-Martin caracteriza-o pelo seu conteúdo, enquanto acesso a uma realidade sonhada, transmutada em função de desejos de evasão, justiça e de ideal, dos autores e dos leitores, e articulada em torno duma luta entre Bem e Mal na sociedade coeva, entre felicidade e desgraça, amor e ódio, tratando dos problemas das classes populares, seus sentimentos, hábitos e conflitos sociais (cf. Olivier-Martin, 1980: 10-12). Para si, o romance-folhetim é tão-só um dos vários meios de difusão do romance popular, que terá as mulheres como destinatário crescentemente mais central, sobretudo a partir de final desse século. Migozzi (*ibid.*) vê estas literaturas de larga circulação e grande consumo (expressão que prefere) como reciclagem dos protocolos narrativos da literatura oral, sucedâneo de histórias fundacionais, que dão ao leitor uma compreensão do mundo e satisfazem a sua necessidade antropológica de narração, jogo e regulação dos afectos.

26 *Apud* Sá, s. d.

dorismo, expresso nos seguintes indícios: reforço da aposta no romance histórico luso²⁷, ele próprio acentuando o *clin d'oeil* nacionalista, e numa História ufanista²⁸; alheamento face a estéticas 'subversivas' (modernismo, surrealismo ou neo-realismo são estranhos ao projecto editorial) ou à escrita de pendor mais crítico, politizado ou irreverente; estreitar de ligações institucionais para facilitar encomendas, como exposto no subcapítulo anterior. O processo de democratização subsequente ao derrube da ditadura influencia o ocaso inexorável desta editora, que suspende actividade em meados dos anos 1990, apesar dos esforços dos seus dirigentes e devido a razões já aventadas atrás (fecho de mercados e redução de encomendas; evolução dos gostos do público; identificação da editora a um certo perfil conservador), nos capítulos 3 e 5 (limitações do perfil familiar da empresa) e pela dificuldade de dar boa sequência, após a morte do editor Carlos Bregante Torres (a 3/1/1973), a uma gestão quotidiana quase unipessoal que fora imprimindo desde 1935, após a morte de seu pai.

Note-se, porém, que mesmo uma editora como a Romano Torres, mais susceptível de associação a um certo *status quo* dos tempos da ditadura e da ufanía nacionalista, teve problemas com a todo-poderosa censura política salazarista. Da pesquisa que foi possível realizar, identificámos vários casos.

Um primeiro caso remete para um livro da colecção «Biblioteca científica sexual»²⁹, a qual terá tido outros livros censurados, porventura ainda na I República e por organismos como a Biblioteca Nacional, pois a maioria não consta da Porbase.

Outros 3 títulos, todos eles romances, viram a sua venda e circulação bloqueadas pela censura oficial: são romances com títulos sonantes, o primeiro com conteúdo considerado imoral e os restantes dum autor com cunho de intervenção social³⁰.

27 O romance histórico tem presença marcante nos catálogos de vendas da editora e corresponde, no catálogo, a 105 registos (ou c. 6,1%) para 15 autores distintos (vd. cap. 4). Se incluíssemos todos os «romances de capa e espada» e afins, este valor seria significativamente superior.

28 Vd. este elucidativo exemplo, mote inaugural da colecção «Portugal histórico» (e ressalvando-se excepções como Mário Domingues): "Portugal – solo bemdito, pátria de heróis [...] berço de invencíveis soldados [...] a tua História é um precioso Livro de Ouro, relicário de portentosas façanhas que a Fé inspirou e que o Valor conseguiu realizar. [...] Portugal – terror dos campos de batalha, gigante dos mares, [...] as páginas da tua História ilustram a História do Mundo. [...] É dêste Portugal empreendedor e glorioso que vamos traçar, em narrativas singelas, as linhas históricas." (Mendes, [1934]: [5/6]).

29 Trata-se de *Altar de Vénus: os prazeres secretos do amor*, de Jaff, [19--], proibido ap. Alvim, 1992: 25. Está ausente da base bibliográfica reconstituída pelo Projecto Romano Torres por só recentemente ter sido descoberto. Sobre esta colecção vd. capítulo sobre a oferta editorial.

30 Foram eles *Memórias de uma mulher bonita: novela galante*, de Ernest Feydeau, 3.ª ed, dep. legal de 1927 (com processo aberto a 17/12/1934, vd. PT/TT/SNI-DSC/35/3/00117, <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4331835>>); *A mulher do próximo: novelas*, de [António] Guedes de Amorim, 1933; *Escravos modernos: romance*, de Edgar Powell (pseud. de Guedes de Amorim), dep. legal de 1933

No quadro do aperfeiçoamento da censura oficial, o Estado Novo criou uma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, em 1952, justamente para formatar as publicações infantis, tendo não só o poder de proibir a edição comercial como de enviar directivas para a reescrita do conteúdo dos livros. Nesse sentido, em 1955 distribuiu uma circular pelos agentes do livro onde explicitava, com detalhe, que tudo o que fosse estrangeiro devia ser ‘nacionalizado’ ou alterado para o contexto nacional³¹. Entre os conteúdos que deviam ser alterados figurava o nome dos personagens, cuja grafia tinha que ser obrigatoriamente convertida para a “forma portuguesa”. Foi assim que o nome de Pinocchio, que antes surgia nesta forma original italiana, teve que ser alterado para Pinóquio, sob pena de não se poder publicar as novas edições pretendidas pela Romano Torres (então totalizando 8 requisições).

O caso mais grave que até agora localizámos no arquivo histórico da editora respeita à proibição liminar, em 1953, da publicação duma nova edição da obra *Viagens maravilhosas de Sinbad o marinheiro*, por Leyguarda Ferreira. A primeira edição deste livro datava de 1949, prévia à criação daquela comissão. Esta história teve edições anteriores em Portugal³² e é uma versão de parte do clássico da literatura universal *Mil e uma noites* (vd. Melo, 2014a). Na resposta de recusa oficial não consta nenhuma explicação para a proibição deste livro, o que era uma prática usual da censura.

Um derradeiro caso de censura atingiu outro clássico da literatura, *Feira das vaidades*, romance do romântico inglês William Thackeray, no que foi um «erro de cálculo» da polícia política, tendência estimulada pelo carácter arbitrário da censura.

Na origem, esteve a edição, pela Atlântida, de Coimbra, dum livro homónimo da autoria de Artur Portela, em 1959. O livro de Portela Filho foi proibido de circular pela censura de Salazar, tendo sido apreendido pela polícia política, já em 1960. Sucede que os primeiros agentes que foram às livrarias se enganaram e começaram a confiscar exemplares do livro editado pela Romano Torres³³.

Uma prova final dos receios face à censura oficial remete para o uso intensivo de pseudónimos estrangeiros por autores lusos, sobretudo em certas colecções³⁴ e no recurso à

(Alvim, 1992). Sobre o romancista luso vd. perfil em <http://fch.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=59#>.

31 Cf. Circular n.º 284 «Instruções» da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, com normas para edição de publicações infantis, 1955 (sobre estes casos vd. Melo, 2014a).

32 V.g., *Simbad, o marinheiro: tirado das “Mil e uma noites”*, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1928.

33 Para mais vd. Melo, 2014b. Um caso que afectou Henrique Torres Editor em 1935 e com provável impacto na família remete para a proibição de venda e circulação, pelo director geral da Censura, de duas obras por si editadas (*O pão dos pobres*, de A. Contreras, e *Greve geral*, de A. Victor Machado) e a destruição dos exemplares do primeiro pela polícia política (Portugal, 1980: 15-20; Alvim, 1992: 41).

34 V.g. policial e espionagem, devido ao tabu da criminalidade no país, vd. cap. 5 deste livro.

pseudotradução³⁵. É oportuno referir que o pseudónimo associado à pseudotradução foi considerado uma forma de autocensura, tendo o seu uso sido estudado para um regime afim, o franquista, relativamente ao *western* (Carmen, 2008).

O livro de Thackeray permite passar para outra questão, que é a do acolhimento crítico, ou “fortuna crítica”, das obras publicadas pela Romano Torres. Pensando nos estudos históricos ou em colecções como «Obras escolhidas de autores escolhidos» (por editarem “clássicos” universais, vd. capítulo sobre a oferta editorial), cremos ser ajustado avançar como hipótese que parte relevante da produção da Romano Torres foi sujeita a juízo valorativo por parte de especialistas, das áreas cultural, escolar, informativa ou outra. As encomendas oficiais e da Fundação Gulbenkian são uma prova disso, pois tinham que passar por um crivo de especialistas. Da pesquisa realizada foi possível identificar diversos exemplos em concreto, que cremos serem representativos.

Uma crítica negativa proveio da revista cultural caboverdeana neo-realista *Certeza*, em 1944, e dirige-se à *literatura cor-de-rosa*, fórmula literária surgida originalmente em França e cruzando dois tipos de colecções – a vermelha e a azul –, donde, atingindo também (ainda que não expressamente) a Romano Torres e a sua colecção «Azul». França (1944) invectivava-a em nome duma literatura edificante³⁶, com um argumentário que ainda hoje ecoa e dá o mote a um certo preconceito ideológico e cultural quanto a editores com este perfil³⁷. Em Cabo-Verde circulariam outras colecções, incluso brasileiras, como a «Biblioteca das Moças», que a Companhia Editora Nacional publicou entre os anos de 1920 e 1950 e na qual dois daqueles autores tinham presença marcante: M. Delly (pseud. de casal francês) e Henri Ardel.

Outra crítica abarcando a mesma literatura «azul» saiu em 1949 na prestigiada revista *Brotéria*, ligada aos jesuítas portugueses, mas agora já incidindo num livro da colecção

35 Na qual sobressaíram João Amaral Jr., Gentil Marques e Maria Amália Marques (perfis em <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=63>). Sobre o tema vd. Moniz, 2007 e Seruya *et al.*, 2009.

36 “Livros de Delly, livros de Magali, livros de Ardel. Livros de mentira, em que a vida é deformada ao gosto das autoras, em que todos os sofrimentos são simples males de amor que no fim se curam, infalivelmente, com o aparecimento do príncipe encantado. [par.º] Quando será que as raparigas do nosso Liceu, ao menos as dos últimos dois anos, porão de parte esses livros de capa cor[-]de[-]rosa e azul, para se curvarem sobre aqueles em que a vida lhes é mostrada crua e brutalmente? [par.º] *CERTEZA* insere neste número colaboração feminina. As nossas páginas estão sempre abertas para todas as raparigas que quiserem colaborar, desde que nos dê[em] um trabalho consciente, como o deste número, que é bem um grito para as mulheres que não compreendem, ou não querem compreender a sua missão na vida”.

37 É elucidativa a seguinte apreciação do historiador de arte José-Augusto de França, aqui também na pele de ‘testemunha’ ocular da produção editorial lusa em 1946: “Mas não deixava de se reeditar, desde meados dos anos 30, literatura de romantismo barato, em que o editor Romano Torres se especializava, numa «Colecção azul», entre Magali, Delly, Mary Love-Alice Ogando ou Odette de Saint-Maurice e Max du Veuzit (*John, o chauffeur russo* em 6.ª edição em 1946)” (França, 2012: 228).

específica da Romano Torres (Martins, 1949). Trata-se de *Minha mulher vai casar* (s.d.), de João Amaral Jr., e o articulista até começa por valorizar (parcialmente) este subgénero, dizendo que o mesmo "não é nada fácil, quando se tem, um pouco, a preocupação da verdade e da originalidade". Em contraponto, faz um juízo negativo do livro em apreço, "apesar da sua linguagem fácil", dada uma "certa deficiência de conteúdo temático" (resvalando em artificialismo) e porque "se nos afigura, do ponto de vista de psicologia humana, como de categoria bastante inferior".

Sendo a área da história uma das mais focadas naquela revista, acabou por apanhar outro livro da Romano Torres, sobre o governante que expulsou os jesuítas de Portugal. Trata-se da biografia histórica *Marquês de Pombal*, por Mário Domingues, de 1955, e o articulista elabora uma longa recensão bastante crítica, acusando o biógrafo de falta de objectividade (por erros factuais grosseiros, défice de comprovação documental e de heurística) e de atenção à produção específica recente (Gomes, 1955).

Houve outra obra de história penalizada, *Os marechais de D. Maria II*, de Eduardo de Noronha. A versão original é de c.1931 e em 1961 foi recenseada por Almeida Langhans para a Comissão de Leitura da Fundação Gulbenkian. Desaconselhou a sua aquisição por questões formais e porque se trataria de «um mau resumo das Memórias do Marquês de Fronteira», escrito «com o seu escritor já na decrepitude», mas sem argumentar tais asserções (Vieira, s.d.).

A *Brotéria* também acolheu críticas positivas. A primeira incide num romance de 1944 da escritora lusa Odette Saint-Maurice, o qual aborda um tema muito sensível ("Assunto delicado") para a linha editorial moralizante da revista, o da separação conjugal, limitando-se a descrever o enredo e o final feliz de alcance religioso, com a regeneração, "no altar de Deus", do noivo antes despeitado e perturbado (R., 1945). O segundo elogio, integrando um balanço anual para 1952, é curto mas vincado: "Mário Domingues, em *O drama e a glória do P. António Vieira*, [deu-nos] algumas das páginas mais vibrantes que se escreveram sobre o grande jesuíta" (Antunes, 1953: 98). A *Brotéria* ajuizou assim de modo contrastante duas biografias de Domingues: positivamente quando o biógrafo valorizou um representante dos jesuítas; negativamente quando o mesmo valorizou um governante considerado anti-jesuíta.

Já para o *Diário de Notícias* de New Bedford (Mass.), um dos porta-vozes da diáspora lusa nos EUA, Mário Domingues tinha apurado as suas qualidades de escritor, dando-nos a vida do biografado na sua integridade, no bom e no mau³⁸. Em 1960, era um dos auto-

38 Recenseando *Inês de Castro na vida de D. Pedro*, de 1953 (ofertado a este correspondente no Rio de Janeiro pelo editor Oliveira Antunes): "Vêmo-lo agora, nesta obra, sereno, erudito, profundo, eloquente. [...] O polemista desapareceu e o escritor evoluiu, numa prosa que encanta. D. Pedro I surge-nos com todas as suas virtudes e com todos os seus defeitos. Podemos assim julgá-lo melhor" (Rosa, 1954: 1 e 8).

res a incluir numa “Bibliografia dos Descobrimentos Henriquinos”, segundo o jornalista e publicista Julião Quintinha³⁹.

Ainda na toada positiva, e quanto ao clássico *Quo vadis?*, localizou-se uma recensão crítica a uma das 9 edições e reedições da Romano Torres (em 1912-69), feita por António Quadros para a Comissão de Leitura da Fundação Gulbenkian (Quadros, 1966). A recensão valorizava o conteúdo edificante (pró-católico), e o autor, Henrik Sienkiewicz, prémio Nobel. Para este enaltecimento terá pesado não só a relevância da obra, quanto a conteúdo e recepção, como o facto de o editor ter mobilizado para aquela versão um dos seus maiores autores-tradutores, Leyguarda Ferreira.

Um perito hodierno vê na opção editorial pela quantidade em detrimento da qualidade das traduções de Dickens e outros clássicos da colecção «Obras escolhidas de autores escolhidos» o mérito de possibilitar o acesso a estas obras por um público mais vasto⁴⁰, mas ressaltando também a qualidade dos prefácios pioneiros de Gentil Marques bem como do aditamento feito pelo tradutor dobrado em autor Mário Domingues na obra incompleta *O mistério de Edwin Drood* (em 1958), assim nos reconduzindo ao confronto entre quantidade e qualidade dum modo mais complexo (Sousa, 2013: 206/7). Ademais, algumas destas obras e autores (como as irmãs Brontë) serão valorizados pelo cânone escolar nos anos 1950, por iniciativa de docentes como Armando de Moraes⁴¹ e Laura e António Dias de Figueiredo (livro de estudo), ainda que tendo que justificar tal inclusão com uma refutação de críticas correntes ao carácter alegadamente desactualizado da crítica social de Dickens (Sousa, 2013: 207).

Outra avaliação positiva que levantámos é a feita por aqueles que na altura do primeiro contacto com as obras da Romano Torres eram leitores comuns, e são relativas a distintas colecções, embora Sandokan ainda hoje sobressaia, pois a maioria teve o seu contacto inicial numa adolescência ávida de aventura e novidade⁴².

Em altura de balanço, o fundador é apreciado de modo bastante positivo: mesmo se “não fosse um editor moderno, na rigorosa acepção do termo”, mesmo se as “suas edições acusavam sempre um gosto excessivamente popular”, realça-se que foi esse mesma inclinação que lhe trouxe êxito e permitiu chegar a um vasto auditório. Além deste traço,

39 Que aditava: “Dos ensinamentos destes escritores e suas conclusões, e das investigações de muitos outros, pode recolher-se a luz necessária para guiar os passos dos que se aventuram nos labirintos da História em procura da Verdade” (Quintinha, 1960).

40 Em meu entender, a prática da “adaptação” (i.e., versão não integral do texto traduzido), realizada nessa colecção (Sousa, 1999: 96), também empobrecia a obra mas ajudava à sua maior disseminação.

41 Responsável pela revisão do programa escolar/ *syllabus* para a disciplina de língua inglesa do ensino secundário e autor de livro escolar com trecho da obra *Tempos difíceis*, por ele próprio traduzido.

42 Vd. testemunhos de António Torrado, Cecília Barreira e Odette Saint-Maurice em <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=43#citacoes-de-leitores>.

ligado à estratégia editorial, todos os restantes elogios (exceptuando o respeito granjeado no meio) respeitavam a traços de carácter: trabalhador incansável, empenhado, sociável e afectuoso para as crianças, afável, bondoso, probo, etc.⁴³.

Concepções empresariais e confrontos culturais

A importância das interacções com os contextos políticos mais fortes não deve fazer olvidar o impacto de tendências mais longevas e de certo modo mais relacionadas com a própria perspectiva editorial e sua compreensão do papel da literatura e da cultura. Assim, a já mencionada preocupação constante em ligar funções formativa e informativa com distractiva tem limites e estrangimentos. Em primeiro lugar, o teor enciclopédico desliza gradualmente para um pendor mais patriótico-nacionalista. Depois, é uma editora que, após a experiência do semanário *O Recreio*, desiste do formato das publicações periódicas, com o que esse género traz de manancial informativo, formativo e de actualidade. O estudo sistemático do catálogo revela forte prevalência da prosa de ficção e, dentro desta, do romance⁴⁴. Por fim, a maioria dos seus autores é de origem estrangeira, revelando grande dependência da tradução de obras, sobretudo do 'centro' francês e inglês. Ademais, impõe-se equacionar a intervenção da editora num quadro relativamente corrente de relações tensas entre culturas erudita, popular e de massas. Alguns dos principais afloramentos desde quadro são:

o cânone literário tem de conviver com o cânone popular⁴⁵, instigado pela edição capitalista ansiosa de auditórios alargados e vendas massivas e, portanto, sintonizada sobretudo com obras potencialmente bem vendáveis (mas, ainda assim, aludindo à crítica e ao prémio Nobel como instrumentos de autoridade⁴⁶);

43 Eis um trecho elucidativo de obituário no jornal oposicionista *República*: "Devem-se a este homem algumas iniciativas de difusão do gosto pela leitura nas camadas populares. [...] morreu um editor probo e inteligente, a quem as camadas populares muito devem. Foi este o aspecto que quisemos pôr em relevo" (Anónimo, 1935).

44 Eis 2 indicadores elucidativos: 1) do universo de 1735 registos identificados pelo Projecto Romano Torres, 1305 são relativos a romances (e novelas não infanto-juvenis), ou c.75% do total; 2) contagem pessoal anterior antecipara este resultado: assim, dos 320 títulos surgidos em pesquisa para este editor na base bibliográfica oficial Porbase para 1891-1941, 246 respeitavam a romances (incluindo 21 romances históricos), ou c.77% desse total.

45 Para uma definição de cânone popular cf. Botrel, 2002: XXIX-XXXIX.

46 Uma folha publicitária inserta em volumes da colecção «Salgari» afiança que "Salgari, considerado justamente pela crítica o Julio Verne italiano, é sem duvida um dos maiores escriptores contemporaneos". Em anúncio a *O livro das raparigas*, 2.ª série, o texto antologiado "E ela não encontrou a Paz!" é apresentado como "novela de Pearl Buck (Prémio Nobel)". *Quo vadis* leva o embalo de também ser da autoria de um nobelizado.

1. a recusa da vanguarda literária e do seu valor;
2. a presença do ensaio e das ciências sociais quase só através do estudo histórico;
3. a fraca presença das ciências naturais e exactas;
4. a desvalorização da autoria na literatura de base popular⁴⁷;
5. o lugar conferido ao enciclopedismo (união de edição, lazer, ciência), mas afirmando-se apenas numa fase inicial.

A política editorial de maximização da edição comercial teve efeitos culturais díspares. Desde logo, potenciou a visibilidade da editora (e, por arrasto, do livro) junto dum público alargado, bem como a sua viabilidade e perenidade. Depois, a prioridade ao embaratecimento da produção influiu na desvalorização da condição do autor e do tradutor da casa, o primeiro tendencialmente com contrato desfavorável (pagamento único à partida), o segundo sem grande formação profissional. Influiu ainda na manipulação ou desvalorização de certas obras: divididas por vários tomos, com (re)edições condensadas ou “adaptações”⁴⁸; e o défice qualitativo de parte das traduções⁴⁹, dada a ausência de formação específica.

Em complemento, a dependência de uma estrutura empresarial relativamente fechada influiu num catálogo gradualmente ‘comodista’ (embora aumentando o total de títulos publicados), diminuindo o risco no médio prazo - daí que, desde os anos 1950 (pelo menos), a estratégia editorial passe em boa medida por publicar reedições de obras garantidamente lucrativas⁵⁰.

Não obstante, também se pôde constatar que o catálogo da Romano Torres materializou um certo perfil editorial heterogéneo, articulando literaturas “popular” e “canónica literária”, vulgarização de conhecimentos, História e narrativa de ficção, balanceamento entre vulgarização e especialização, distintos formatos, géneros e sub-géneros literários, uma significativa diversidade de autores, temas e abordagens. Tal diversidade visava captar um auditório alargado, feito de distintos públicos, mormente os «novos leitores» que irrompem no século XIX, como o leitorado feminino e infanto-juvenil. Essa abertura atenua assimetrias quanto a autoria por género (ainda assim desequilibrada, no que era uma tendência internacional⁵¹), disponibilizando e consagrando autores do sexo

47 Vd., por exemplo, a sua estratégia de adaptações da colecção «Manecas», em que vários contos com autoria reconhecida deixam de ter essa autoria atribuída.

48 V.g., nas colecções «Salgari» (Sá, s.d.) e «Obras escolhidas de autores escolhidos» (Sousa, 1999: 96).

49 Aspecto referido em Sousa, 2013; e em Cortez (2007: 176) quanto às “adaptações” de Marques Jr. para a colecção «Manecas», boa parte da qual por si considerada de qualidade “literariamente questionável”.

50 Atendendo às vendas anteriores e às encomendas previstas.

51 Para dar um exemplo representativo, estima-se que apenas 1/3 da produção romanesca francesa de massas para o período de 1900-1950 tenha sido da autoria de escritoras (cf. Constans, 2007: 27-44).

feminino doutros países (em especial, do centro geocultural) mas também permitindo a emergência de autoras nacionais, assim como possibilitando a fixação e ampliação destes novos públicos e de abordagens até então mais ocultadas. Nesse sentido, esta editora representa exemplarmente a heterogeneidade e algumas das grandes linhas de força da edição contemporânea no espaço ocidental, tal como primeiramente enunciado por Chartier e Martin⁵².

Em termos genéricos, estas configuram algumas das principais linhas de pesquisa dignas de serem aprofundadas, possibilitando aferir em que medida editoras como a Romano Torres, suas influências e projecto editorial, seu hipotético carácter híbrido e plástico, suas estratégias editoriais, redes e circuitos de disseminação, entre outras vertentes, foram representativas não só do panorama português mas também de tendências geograficamente mais alargadas.

Bibliografia

- ALVIM, Luísa (1992), "Livros portugueses proibidos no regime fascista: bibliografia", *E-LIS – E-prints in Library and Information Science*, <<http://eprints.rclis.org/archive/00009450/>>.
- ANÓNIMO (1935), "Um livreiro popular. Alguns aspectos da vida de João Romano Torres", *República*, n.º 1599 (II série), 22/5, p. 5.
- ANTUNES, M. (1953), "Vida literária. Panorama literário português de 1952", *Brotéria*, vol. 56, p. 91-8.
- BOTREL, Jean-François (2002), "The popular canon", *Modern Language Review*, vol. 97, n.º 4, p. XXIX-XXXIX.
- CARMEN CAMUS, Maria del (2008), "Pseudonyms, pseudotranslation and self-censorship in the narrative of the west during the Franco dictatorship", in Teresa Seruya & Maria Lin Moniz (ed.), *Translation and censorship in different times and landscapes*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, p. 147-62.
- CHARTIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dir.; 1990 [1985]), *Histoire de l'édition française*, s. I., Fayard/ Cercle de la Librairie, vol. III.
- Circular n.º 284 «Instruções» da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, com normas para edição de publicações infantis. Lisboa, 18 de Outubro de 1955. 2 Fls. Documento dactilografado cópia, com espaço para assinatura pelo presidente da CLEM Serras e Silva. Cota do documento no Arquivo Histórico João Romano Torres: PT/AHJRT/JRT/C/01-02/012, <<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/arquivo/index.php/2an9p;isad>>.
- "Com presentes do Feliz Natal o Taboleiro da Baiana" (1948), *Diario de S. Luiz*, 22/12, p. 12 <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=093874&pagfis=12021&pesq=&src=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>.

52 Cf. Chartier e Martin, 1990: 131-223.

- [CONSTANS], Ellen (2009 [2004]), "Le roman populaire, définition et histoire. De quelques questions théoriques et pratiques sur le roman populaire", *Belphegor*, VIII (2), <http://etc.dal.ca/belphegor/vol8_no2/articles/08_02_consta_popula_fr.html>.
- CONSTANS, Ellen (2007), *Ouvrières des lettres*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges.
- CORTEZ, Maria Teresa (2007), "Henrique Marques Júnior e as «bibliotecas» infantis e juvenis", in Teresa Seruya (org.), *Estudos de tradução em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Editora, vol. II, p. 169-81.
- FRANÇA, Arnaldo (1944), "Instantâneos", *Certeza*, n.º 1, Março, p. 6, <<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/dspace/handle/10964/204>>.
- FRANÇA, José-Augusto (2012), *O «ano XX» - Lisboa 1946 - estudo de factos socioculturais*, Lisboa, INCM.
- GOMES, J. Pereira (1955), "Domingues, Mário. Marquês de Pombal", *Brotéria*, vol. 61, p. 468/9.
- MADÁIL, Fernando (2007), "Barracas a vender os livros de Ohnet e de Campos Júnior", *Diário de Notícias*, 26/5, <http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=658270&page=-1>.
- MARTINS, A. (1949), Amaral Júnior, João. "Minha mulher vai casar", *Brotéria*, vol. 49, p. 514.
- MELO, Daniel (2014c), "Romano Torres – a case study of a Portuguese publishing house", *Logos-Forum of the World Book Community*, vol. 25, n.º 2 (Maio/Junho), p. 28-38.
- MELO, Daniel (2014b), "Apreenderam o livro errado!", *Romano Torres*, 16/5, <<http://fch.unl.pt/chc/romanotorres/?p=13909>>.
- MELO, Daniel (2014a), "Quando Pinóquio e Sinbad eram censurados", *Romano Torres*, 23/4, <<http://fch.unl.pt/chc/romanotorres/?p=13856>>.
- MELO, Daniel (2011), "«Education and culture for the masses»: sociocultural debates and legacies in the mid-twentieth century", *Portuguese Studies*, vol. 27, n.º 2, p. 159-74.
- MENDES, Fernando ([1934]), *Fundação de Portugal. Origem e constituição da nação portuguesa. 1067 (A. C.) a 1279 (P. C.)*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª, col. Portugal histórico, 1.
- MIGOZZI, Jacques (2005), *Boulevards du populaire*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges.
- MOLLIER, Jean-Yves (2006), "L'Émergence de la culture de masse dans le monde", in Jean-Yves Mollier, Jean-François Sirinelli & François Vallotton (dir.), *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques: 1860-1940*, Paris, PUF, p. 65-80.
- MOLLIER, Jean-Yves (2001b), "La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIIIe au XXe siècle", in Jacques Michon & Jean-Yves Mollier (dir.), *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*, Saint-Nicolas - Paris, Presses de l'Université Laval - L'Harmattan, p. 47-72.
- MOLLIER, Jean-Yves (2001a), *La lecture et ses publics à l'époque contemporaine*, Paris, PUF.
- MONIZ, Maria Lin de Sousa (2007), "A case of pseudotranslation in the portuguese literary system", in Teresa Seruya (org.), *Estudos de tradução em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Editora, vol. II, p. 200-209.
- OLIVIER-MARTIN, Yves (1980), *Histoire du roman populaire en France*, Paris, Albin Michel.
- PORTUGAL. PCM. COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1980), *A política de informação no regime fascista*, [Lisboa], CLNSRF, vol. II.

- QUADROS, António (1966), "Ficha n.º 153", *Rol de livros*, FCG, <<http://www.leitura.gulbenkian.pt/index2.php?area=rol&task=view&id=693&print=no>>.
- QUINTINHA, Julião (1960), "O Infante de Sagres, por Julião Quintinha", *Diário de Notícias* [de New Bedford, Mass., EUA], 5/10, p. 13, <<http://v52.arcasearchdev.com/usmaumacd/startArcaApp/engines/gteSearch.asp#>>>.
- R., A. (1945), "Saint-Maurice, Odette de. – Quero viver o nosso amor (romance)", *Brotéria*, vol. 50, p. [105].
- "Recreio (Empresa Editora do)" (1912), verbete in *Portugal*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª Editores, vol. VI, p. 134-5.
- RODRIGUES, Jacinto ([2007]), "A especificidade do imaginário colonial nos romances de aventuras de Ladislau Batalha", blogue *Itinerários, Encruzilhadas e Aproximações*, Maio, <<http://jacintorodrigues.blogspot.pt/p/ladislau-batalha.html>>.
- ROSA, Frederico (1954), "Nosso grande amigo – o livro", *Diário de Notícias* [de New Bedford, Mass., EUA], 1/7, p. 1 e 8, <<http://v52.arcasearchdev.com/usmaumacd/startArcaApp/>>>.
- SASSOON, Donald (2006), *The culture of the europeans*, Londres, Harper Press.
- SÁ, Marques de (s. d.), "A Coleção Salgari das Edições Romano Torres", *Emílio Salgari* [sítio de Internet], Disponível em <<http://salgari.com.sapo.pt/Coleccao.html>>.
- SERUYA, Teresa, et al. (org.; 2009), *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (2013), "Dickens in Portugal", in Michael Hollington (ed.), *The reception of Charles Dickens in Europe*, Londres, Bloomsbury, p. 197-211.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (1999), "Charles Dickens em Portugal", *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 8, p. 81-120, <<http://run.unl.pt/handle/10362/4373>>.
- THIESSÉ, Anne-Marie (1990 [1985]), "Le roman populaire", in Roger Chartier & Henri-Jean Martin (dir.), *Histoire de l'édition française*, Paris, Fayard, vol. III, p. [509]-25.
- VIEIRA, Pedro Almeida (s.d.), "Eduardo de Noronha. Os Marechais de D. Maria II", *BiblioHistória*, <<http://pedroalmeidavieira.com/indexbh.asp?p/785/1089/2732//2732/1706/>>>.